

UM ESPAÇO DEMARCADO

Os carregadores piauienses no Terminal da CEAGESP

*Sueli de Castro Gomes**

A migração de nordestinos para a metrópole de São Paulo foi um dos fluxos mais acentuados no território nacional, fruto de um modelo econômico desigual e combinado entre as regiões Nordeste e Centro Sul. Detivemo-nos a estudar especialmente uma grande rede social de piauienses que se inseriram no mundo do trabalho na condição de carregadores no terminal de abastecimento da Grande São Paulo. Esses nordestinos demarcam a sua territorialidade, expressa na relação de trabalho, na sua origem e na sua residência.

CEAGESP MERCADO DE TRABALHO

A Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo – CEAGESP – possui, entre outros equipamentos, um terminal de produtos hortifrutigranjeiros, pescado e flores. Este entreposto encontra-se instalado na Vila Leopoldina, zona oeste da cidade de São Paulo, desde 1966, período este em que chegavam a São Paulo grandes levas de migrantes nordestinos em busca de alguma forma de trabalho no espaço urbano.

O terminal da CEAGESP significa, além de sua importância no abastecimento, também um grande mercado de trabalho no qual a mobilidade está materializada sob

diversas formas de ocupação tanto na área interna, como no seu entorno. Esse centro de abastecimento ocupa uma área de 700 mil m² e tem um movimento anual de 2,4 milhões de toneladas de produtos, dos mais variados, que abastecem 60% dos comerciantes da Grande São Paulo. É o terceiro maior entreposto do Mundo e o maior da América Latina. No entorno do Terminal da CEAGESP foram se formando favelas e surgiram diversas atividades relacionadas com o Terminal que atraíram um vasto contingente de moradores de rua, os quais, em parte, alimentam-se do rejeito e executam alguns serviços disponíveis no Entrepósito.

Entre as diversas formas de trabalho que ocorrem no espaço interno do Entrepósito, destacamos o dos carregadores, trabalhadores autônomos e regulamentados, pois esses são cadastrados pela administração e formam um grupo de 3.405 carregadores.

Entre esses carregadores encontramos uma enorme rede social de nordestinos, que se inseriram nas diferentes formas de trabalho, regulamentado e não regulamentado, desse mercado de trabalho. Em meio à diversidade de formas de trabalho que encontramos na CEAGESP, a que mais nos chamou atenção foi a figura do carregador, atividade cuja expansão foi determinada, principalmente, pela rede social de piauienses. Identifi-

camos que uma grande parte dos carregadores da CEAGESP é composta por migrantes oriundos do estado do Piauí. Em geral, eles residem na Grande São Paulo, sobretudo, no município de Osasco. A partir do cadastro chegamos aos seguintes dados: 92% dos carregadores são oriundos do Nordeste do Brasil, sendo a maioria desses oriundos do Piauí, com a participação de 67% do total de carregadores cadastrados, seguidos pelos cearenses, cuja participação é de 15%. Cite-se que os municípios de origem dos cearenses são próximos dos municípios de origem dos piauienses, revelando a força dessa rede social como instrumento de mobilidade do trabalho.

Encontramos piauienses em diversas condições de trabalho: carregador autônomo, carregador clandestino, empregado de box, dono de box, ambulante, empregado nas caixarias. Estima-se que cheguem a uns seis mil piauienses..., mas é muito difícil auferir com precisão esse desdobramento da rede social.

Os empregados que trabalham nos boxes, segundo estimativas do Sindicato dos Permissionários, alcançam o número aproximado de 12 mil pessoas. Esses empregados, muitas vezes, são moradores das áreas do entorno da Companhia, ou são integrantes da rede social e moram com os seus conterrâneos. Essa categoria é a que obtém os menores

rendimentos. Na trajetória dos carregadores encontramos muitos que iniciaram trabalhando no box, até conseguirem cadastrar-se.

POR QUE SE FORMOU ESSA REDE SOCIAL NO TERMINAL?

No período de transferência do Terminal, na segunda metade dos anos 60, o grupo de migrantes nordestinos que se inseriu na atividade tinha origens mais diversificadas. Havia um pequeno predomínio de cearenses, dos quais alguns ainda estão na ativa, conforme constatamos. Acredita-se que a origem dessa rede social se deva aos cearenses de Campos Sales, município no semi-árido, próximo do limite com o Estado do Piauí. Vieram posteriormente, com mais intensidade, os carregadores de São José do Piauí e Pio IX, municípios limítrofes do Piauí e Ceará. De tal modo que a rede de informações atingiu outros municípios, intensificando-se o fluxo de migrantes em direção ao Terminal da CEAGESP.

Além dos piauienses, entrevistamos carregadores oriundos de outros estados e até mesmo paulistanos, que justificaram sua entrada na atividade através dessa rede social, por serem casados, terem outro grau de parentesco, ou por conhecerem pessoas oriundas do Piauí que foram mobilizados para esse mercado de trabalho. Há também aqueles que, em menor número, entraram nessa atividade antes da formação dessa grande rede, ou conseguiram trabalho por outro contato social fora da rede predominante.

As informações sobre as possibilidades de trabalho em São Paulo eram trazidas por aqueles que já estavam inseridos no Terminal; esses serviam de referência para aqueles

que desejavam migrar. Aqueles que retornavam eram denominados de “paulistas” em sua área de origem. Vejamos o relato: *“Eu queria mesmo conhecê o CEASA. Todo dia a gente via, chegava aqui os paulistas; chegou os paulista, os paulistas era tudo do CEASA!!!”*

A referência dos piauienses não era a cidade de São Paulo, mas sim a sede da CEAGESP. *“Você chega em São José de Piauí você não vê uma pessoa fala que vai para São Paulo, é só CEASA.”*

Alguns migrantes da década de 70 recordam que, da antiga Rodoviária, próxima à Estação da Luz, eles vieram direto para o “Ceasa”; tomavam o trem na Luz ou pegavam um táxi e chegavam sozinhos, como gostam de reforçar. Apontam as suas primeiras dificuldades: lidar com a documentação exigida para o cadastramento, bem como com as exigências para alugar uma casa. O baixo nível de instrução, a inexperiência e a falta de um fiador eram barreiras para esse migrante que vinha do campo em um tempo em que as redes sociais não estavam consolidadas.

Vejamos as lembranças do carregador piauiense da cidade de Inhumas, de quando emigraram os primeiros de seu município para a CEAGESP:

Ceasa, já tem desde 86, que vem parente aqui. Primeiro veio primo meu, chamado Jacó, baixinho [...]. Então tinha José, depois veio meu tio Zé Alfredo, irmão de minha mãe. Aí veio Jacó primo da gente, aí veio meu irmão..., veio Laura, veio..., veio Moisés. Jacó, que é irmão meu. Aí veio [...] depois eu... (Jessé)

A presença nordestina no Entrepósito aparece de diferentes formas na paisagem. Uma delas é

através da instalação de duas Casas do Norte. Elas comercializam carne seca, rapadura, farinha, cachaça, polvilho, peixe seco, queijo coalho, artesanato e todo tipo de ingredientes da culinária nordestina. No espaço interno do galpão dos carregadores também podemos encontrar todos os pertences da cozinha piauiense – desde o doce de buriti, o cajuzinho, a rapadura, até o feijão de corda, a farinha, a carne seca. Os produtos são oriundos do Estado do Piauí. Esse comércio é o registro do vaivém Piauí-São Paulo que existe no Terminal do Entrepósito. Há também a realização de missas em datas festivas, a principal delas é a Missa de Santa Luzia, em dezembro. É muito comum, entre os piauienses, na sua área de origem, a veneração por essa Santa.

Para se inserir no mercado de trabalho, o migrante se utiliza dos chamados recursos relacionais. O uso desse expediente que a relação social propicia deve passar por um acervo de informações, necessárias para que consiga obter uma nova forma de trabalho. Essas informações vão desde a trajetória, suporte no alojamento, acolhimento, indicações de datas e horários, documentação necessária, endereços, formas de execução da tarefa, até dicas de rendimento; enfim, é esta diversa gama de informações que o migrante recebe do conterrâneo que o capacita para a sua mobilização. Os vínculos comunitários ganham valor estratégico na reprodução da força de trabalho.

Existe o denominado carregador clandestino, que normalmente fica na espera por sua regulamentação. A trajetória de quase todos os carregadores cadastrados passa pelo período de clandestinidade. Os clandestinos são conterrâneos e fazem parte da rede social. Esse mecanismo funciona muito bem em período de

pleno emprego, no entanto, em momento de saturação da atividade, prevalece um comportamento segregador, pois o contrerrâneo passa a representar uma ameaça aos rendimentos. Percebemos como a coesão dos piauienses em primeira ordem possibilitava a reserva de mercado de trabalho para o grupo; entretanto, a força da modernização estilhaça o nexos dessa contrerraneidade, pois a redução da quantidade de trabalho para o carregador no Terminal estimula maior disputa e competitividade entre esses trabalhadores.

Portanto, as redes sociais possibilitam visualizar como se abrem e se fecham as oportunidades para uns e para outros. Foi possível identificar esse processo entre os carregadores cadastrados no Terminal de Abastecimento, local onde o recrutamento é fruto de um acordo entre o Sindicato e a Companhia. Esse recrutamento, baseado nas relações pessoais, permite o crescimento da rede de piauienses e configura a sua territorialidade. Em nossa pesquisa empírica pudemos mapear a rede social e refletir sobre o seu comportamento na metamorfose do trabalho, identificando a territorialidade dessa rede de piauienses nos interstícios da Central de Abastecimento.

AS REDES SOCIAIS E O TERRITÓRIO DE TRABALHO

Um carregador paraibano relata com clareza a sua inserção na CEAGESP, em momentos diferentes: o primeiro cadastramento ocorreu em 1982, diretamente na Companhia; depois, ele retornou para a área de origem, em 1992, e aí permaneceu por sete anos. Depois, migrou novamente para São Paulo e fez o seu segundo

cadastro, já intermediado pelo SINDCAR, permanecendo até hoje como carregador no Terminal. Veja-mos:

Um cunhado meu trouxe e disse – “Oh! O Ceasa é isso aqui, você se vira”. Ele trabalha numa firma [empregado de um permissionário do pescado], mas ele não apresentou na firma, nem nada, não. Aí fiquei aí, que nem mosca tonta, né, eu falei - Daqui uma semana mais ou menos, eu vou arrumar conhecimento, aí arrumo serviço, se daqui há uns oito dias eu não arrumar, eu vou procurar numa firma. Aí, meu irmão trabalhava, fazendo uns fregueses daí do Interior, me chamou. Os caras gostaram do meu serviço, aí eu fiquei fazendo toda semana, uma vez, duas vezes, por semana [...] Eu tava clandestino, né. Fiquei pouco tempo. O pessoal sempre dava em cima de mim. Aí eu vim aqui e consegui tirar documento, aí tirei documento, trabalhei um tempão. Aí fui lá pro Nordeste, fiquei sete anos sem vir. Depois quando eu vim, já tava cancelado, tornei a tirar de novo, foi dessa viagem. (Antonio)

O depoente nega que o contrerrâneo o tenha apresentado em um Box ou similar e se coloca em uma situação de extrema autonomia para conseguir uma oportunidade de trabalho. Mas, logo em seguida, surge durante a entrevista a figura de um irmão que estabelece contatos para sua inserção, mesmo que de forma clandestina. Em mais de uma entrevista aparece essa situação, em que o migrante responde que chegou sozinho, ninguém o ajudou, e que ele foi atrás de trabalho sem apoio de outros. Esse discurso revela que para alguns migrantes a rede social não é explícita e esses procuram mostrar, em determinado momento de

suas vidas, que conquistaram seu espaço de trabalho, independentemente do outro, principalmente se for contrerrâneo. Esse processo que ocorreu com o paraibano, também aparece entre os piauienses.

Joaquim não veio direto para a sede da CEAGESP. Em 1975 trabalhou em Cubatão, depois mudou-se para o Jardim Rochdale, no Município de Osasco. Conheceu o Terminal por intermédio de um colega de oficina de trabalho. Foi para comprar milho e lá encontrou um conhecido. Veja o seu relato sobre a sua inserção na CEAGESP:

Aí eu vim com ele, quando eu cheguei aqui aí ‘Vamos dá uma volta pra conhecer’, aí teve um contrerrâneo, quer dizer ele do Ceará, eu do Piauí, carregador, já intê faleceu. Aí foi falou, disse – ‘Piauí, tu quer [...] carreta de melão, 20 saco, é só subi em cima do caminhão’. – ‘Então, tá.’ - ‘Segunda-feira, cedinho você teje aqui às quatro horas, pra trabalhá mais eu’. Comecei a trabalhá com ele.[...] Aí comecei a trabalhá, trabalhei quatro meses, cinco meses, seis meses. [...] Ele era carregador, como eu, só que eu não era. Aí, ele me chamou para trabalhá pra ele; Aí, nós descarregava melão, descarregava manga, uva que vinha do Paraná, descarregava manga, todo tipo de fruta, nós carregava, a semana toda. Ele tinha, mais ou menos, umas oito pessoas, mais eu. [...] Aí, ele foi embora e eu entrei na vaga dele. Aí eu fiquei conhecendo o CEASA. Nesse tempo todo, foi em 80, eu casei e fui embora para o Piauí, voltei em 87. Aí já vim para o CEASA, já conhecia mais ou menos aqui. Aí, eu tirei meus documentos de carregador, no dia 22 de setembro de 87. (A primeira vez que

veio para São Paulo, foi em 75...) Em 80, eu trabalhei aqui quase um ano, aí eu casei e fui embora para o Norte." (Joaquim, 52 anos)

O cearense oferece a oportunidade de trabalho para o piauiense, relação estabelecida por vínculos de confiança e, em contrapartida, o piauiense trabalha em troca de uma porcentagem, o trabalho não pago gera um maior pecúlio para o cearense, que tem a seu favor o cadastro, que se torna um "bem" que o outro trabalhador não tem. Essas formas de relações são constitutivas das construções da territorialidade presente.

Oswaldo veio de Picos (PI) e está há um ano na CEAGESP. Ele foi inserido por um vizinho. Enquanto esperava o cadastramento, trabalhava como auxiliar de seus conterrâneos. Eram dois irmãos trabalhando juntos; eles tinham um acordo para descarregar um caminhão. No caso, o valor desse serviço varia de R\$ 250,00 a R\$ 400,00. Oswaldo, que era ajudante recebia o valor de R\$ 40,00 por caminhão, o que lhe dava um ganho de R\$ 120,00 por semana (3 ou 4 caminhões por semana). Esse valor o ajudava a pagar os custos do cadastramento. O carrinho foi pago pelos conterrâneos, mas depois ele pagou por esse empréstimo.

Por causa das pessoas dá uma força pra gente assim. Pessoa que é mais conhecida aqui dentro, [...] "eu quero colocar fulano, aí, a pessoa e tal..." [...] Aqui é por indicação, é tudo assim. Como uma firma, vai trabalhar numa firma, hoje em dia [...] 'Vou trazer meu irmão, trazer cunhado, trazer vizinho. Em todo lugar é assim. (Oswaldo)

Esse processo de inserção é o mais

comum, pois eles usam as mais diversas expressões como "...pra me dar uma força, pra eu não ficar parado...". Hoje Oswaldo trabalha como autônomo cadastrado, com seu parceiro, conterrâneo da mesma cidade. Depois do vaivém entre Picos e São Paulo, como pedreiro, ele está há um ano e dois meses trabalhando como carregador.

Outros depoimentos revelam o papel do Sindicato no reforço e ampliação da rede social, pois para o trabalhador se inserir como carregador ele deve possuir a informação da abertura do cadastramento, e essa informação passa primeiramente pelo Sindicato. Assim, as pessoas mais próximas do Sindicato terão "*de primeira-mão*" essa informação e avisarão seus parentes e conhecidos sobre essa oportunidade. Entre a data da abertura e a divulgação da notícia desse processo de abertura das vagas existe um tempo muito pequeno, uma semana, ou apenas um dia. Então, o indivíduo que quer pleitear a vaga já deve estar em São Paulo, ou vir para São Paulo a tempo de conseguir cadastrar-se. Assim, esse processo de recrutamento acabou consolidando essa rede social. Vejamos outro depoimento:

Tinha essa vaga, aí eu fui e entrei nessa vaga [...] O meu sogro (piauiense) era aí de dentro e me deu um toque, aí... daqui primeiro [sindicato] e depois eu vou pra lá [cadastro]. (Samuel)

Samuel, que foi inserido pelo sogro, já inseriu o primo de sua esposa, que também veio do Piauí. Esse primo que foi avisado na área de origem, já veio com o serviço garantido por ter tido acesso à informação sobre a existência da vaga.

O que no meio empresarial pode ser

chamado "reserva de mercado" vamos interpretar como a constituição de uma territorialidade, na qual o poder da informação possibilita a mobilidade do trabalho e reforça a constituição de um território. Para a Companhia, ter os carregadores indicados pelo Sindicato significa uma forma de diminuir a probabilidade de ter no espaço interno pessoas que não ofereçam confiança. Em uma área em que circula uma diversidade de pessoas "estranhas", busca-se inserir as chamadas pessoas de confiança, aquelas que são indicadas. Caso essas pessoas apresentem algum comportamento que possa transgredir as regras internas, como roubo, vandalismo ou brigas, esse carregador não é mais aceito no recadastramento e está fora das indicações do Sindicato.

Vejamos mais uma fala de outro carregador, que reforça a construção da territorialidade reforçando a rede social: "*Naquele tempo era carta para apresentar. Hoje é diferente, é com Zé Pinheiro, aqui tem que falar com o chefe, aqui só se tiver aval...*" (Carregador).

A rede social de piauienses é anterior à formação do sindicato, em 1990, conforme os registros dos depoentes. No entanto, o acordo entre o Sindicato¹ e a Companhia, de inserir seus indicados, reforça as fronteiras da demarcação desse território. A partir do depoimento acima, somado a outros registros, concluímos que os primeiros contornos dessa grande rede de piauienses foi se formando à medida em que foi sendo introduzida a exigência de uma carta de apresentação, assinada por outro carregador, o que estimulou o crescimento da rede social. Porém, esse fator isolado não justifica por si só a formação dessa rede de relações.

Em vários depoimentos aparece a expressão "*ter conhecimento*" que,

na verdade, significa ter contatos. Há uma valorização, na rede social, da importância dos contatos para se inserir na atividade, tanto nas primeiras apresentações quanto na possibilidade de ter clientes permanentes, que garantam os rendimentos. Ter algumas informações estratégicas nessa atividade garante a manutenção desse trabalhador.

Essa rede de piauienses transbordou a categoria dos carregadores; aqueles que conseguiram um acúmulo de pecúlio compraram um Box, tornaram-se permissionários e contratam, como empregado, outros piauienses. Um desses permissionários relata que é mais fácil inserir o conterrâneo como empregado do que como carregador, pois as vagas controladas pela administração do Terminal são limitadas:

Prô pessoal que vem aí, a minha firma aqui é uma escola. Ele vem aqui, nêgo anda, sobe e desce aí, ninguém quer dá oportunidade. Aí eu falo: 'Pagá pra você, eu não pago, mas se você quiser aprendê, depois que você aprendê, vai chovê de nêgo querendo o seu serviço. Isso depende de quem? Depende de você, eu tô te dando a oportunidade, é você que tem que trabalhá' (...) Tem deles que se empaca, mas 90% do pessoal que eu treino, graças a Deus, arruma serviço em outras firmas bem mais fácil do que antes. Quando o pessoal chega, ninguém acredita no cara...a turma vai mais no que eu conheço – foi indicado por ele, então eu vou dar uma força. (Atacadista)

Este atacadista é muito conhecido na sua cidade, o que leva muitos conterrâneos a lhe pedirem uma

oportunidade e um apoio em São Paulo. No Terminal, seus colegas atacadistas, piauienses ou não, pedem que ele indique alguém para ser vendedor ou carregador nos boxes, que já seja treinado; então ele acaba realizando esse papel no processo de inserção dos migrantes piauienses na CEAGESP. Em contrapartida ele tem uma mão-de-obra farta e disponível com o mínimo de custo, na condição de aprendizagem, segundo o seu depoimento.

CONCLUSÃO

Neste artigo procurei enfatizar o caráter relacional que as redes sociais promovem, atuando como um tipo de controle, que tem o seu movimento próprio, em que a territorialidade é dinâmica, resultado da interação de outros territórios coexistentes no mesmo espaço.

A prática sindical da categoria dos carregadores acaba expressando a materialidade da rede dos piauienses ao determinar o seu território de trabalho, quando negocia a delimitação da sua atividade na área interna do Terminal, barrando a entrada de chapas, delimitando a atividade dos funcionários na área das plataformas, pedindo maior fiscalização contra os clandestinos, em uma tentativa de preservar essa tarefa, condenada pelo processo de modernização do mercado e da circulação da mercadoria.

No que se refere aos territórios de grupos regionais ou culturais, encontramos uma significativa rede social de piauienses, que a partir dos laços da conterraneidade delimitaram o espaço de trabalho. Para tal processo, o Sindicato contribui, reforçando-a, quando junto com o Estado faz a triagem desses trabalhadores, manifestando assim uma coesão da rede social. Esse grupo regional deixa

a sua marca ou forma de expressão, como as Casas do Norte, localizadas no Terminal. No repertório musical que algumas vezes escutamos quando caminhamos por esse espaço, no linguajar, e em manifestações esporádicas e subliminares, que os diferenciam dos outros trabalhadores.

A circulação das mercadorias e o comércio de diferentes produtos alimentícios também compõem um território próprio para cada tipo de produto, interligando os produtos até o consumidor final. O 'nó' dessa conexão acontece no Terminal de Abastecimento. Esses territórios possuem escalas diversas e envolvem questões econômicas, políticas, culturais e relacionais de formas e intensidades diferenciadas. No entanto, mantêm a sua coexistência. Essa coexistência é comum nos espaços metropolitanos em que as territorialidades são contínuas ou descontínuas e se entrelaçam. Fenômeno que, ao nosso ver, é fruto do processo de modernização.

Se esse território, no Terminal, existe para alguns, os cadastrados, a desterritorialização está presente para outros, os clandestinos. Na competição por trabalho estimulada pelo processo de modernização e flexibilização do trabalho, o território dos carregadores piauienses cadastrados se consolida.

*** Sueli de Castro Gomes é Geógrafa, Dra. - Dpto. Geografia/FFLCH/USP.**

NOTA

1 - Encontramos no conjunto das entrevistas apenas um caso que não se refere à indicação por "cartucho", apresentação por indicação e que também não segue o caminho da rede social. O caso de Raimundo, baiano de Sapeaçu, está há dez anos no setor do Pescado. Ele foi pedir ao presidente do SINDCAR que o "ajudasse"; ele era um ex-gari desempregado, com oito filhos, em 1997. Ele atribui ao fato da sua condição de pai de família ter conseguido a vaga pleiteada.